

Poder Judiciário
Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal – CJF
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP
Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS

Demonstrações Contábeis

Órgão 12000 – Justiça Federal

1º Trimestre de 2023



Brasília (DF), 28 de abril de 2023

Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	6
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2019, de 13 de setembro de 2019.....	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
Demonstrações Contábeis	9
Balanço Patrimonial – BP	9
Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP	10
Balanço Orçamentário - BO.....	11
Balanço Financeiro – BF	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	16
NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	16
NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores	18
NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis	19
NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	23
NOTA 5 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo	25
NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo	26
NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas	27
NOTA 8 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	29
NOTA 9 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas	31
NOTA 10 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	33
NOTA 11 - BO – RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	35
NOTA 12 - BO – DESPESAS CORRENTES	37
NOTA 13 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária	38
NOTA 14 – BF – Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar ...	39
NOTA 15 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade	40
NOTA 16 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas.....	43

NOTA 17- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária	44
NOTA 18 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa	45
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa - por Atividade	46
Referências.....	49

Lista de Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

Apresentação

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e criando os cinco Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Ressalta-se que em 21 de outubro de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei nº 14.226/2021, que dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Belo Horizonte e jurisdição no estado de Minas Gerais, bem como modifica a composição do Conselho da Justiça Federal. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região foi oficialmente instalado no dia 19 de agosto de 2022.

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 1º trimestre de 2023. De acordo com o BGU, “embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal” (BGU - 2º Trimestre/2017, p. 12).

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com auxílio do Tesouro Gerencial.

Declaração do Contador

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas da Justiça Federal - Órgão 12000, referentes ao 1º Trimestre de 2023, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, referentes ao 1º Trimestre de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 28 de abril de 2023

Alexandre dos Santos Silva
CRC nº DF-008875/O
Contador Responsável

Fatos Relevantes

1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, de 2 de dezembro de 2022.

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2022, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 03/04 e 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, teve grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial – BP

ATIVO		NE	2023	2022	PASSIVO		NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			2.729.292.283	2.344.484.097	PASSIVO CIRCULANTE			1.407.514.678	2.704.873.554
Caixa e Equivalentes de Caixa			2.386.168.627	2.099.925.455	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4	1.296.515.483	2.371.843.330	
Créditos a Curto Prazo			277.546.243	183.163.006	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		28.710.428	22.796.793	
Demais Créditos e Valores	1		280.389.243	186.006.006	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		83.913	804	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a CP			-2.843.000	-2.843.000	Provisões a Curto Prazo	5	4.970.075	24.233.349	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			0	0	Demais Obrigações a Curto Prazo	6	77.234.778	285.999.278	
Estoques			36.972.653	38.230.172					
VPDs Pagas Antecipadamente			28.604.760	23.165.465					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			6.404.063.252	6.393.951.638	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			278.093	278.093
Ativo Realizável a Longo Prazo			4.630.748	4.627.451	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de LP		0	-	
Créditos a Longo Prazo			4.630.748	4.627.451	Provisões a Longo Prazo		0	-	
Demais Créditos e Valores	2		4.630.748	4.627.451	Demais Obrigações a Longo Prazo		278.093	278.093	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP			0	0					
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			0	0					
Investimentos			9	9					
Imobilizado			6.221.198.674	6.213.248.465					
Bens Móveis			703.674.153	705.344.797					
Bens Móveis			1.519.045.461	1.499.385.967					
(-) Dep./Amort. Acm. de Bens Móveis			-815.371.307	-794.041.171					
Bens Imóveis			5.517.524.520	5.507.903.668					
Bens Imóveis	3		5.533.713.009	5.522.814.992					
(-) Dep./Amort. Acm. de Bens Imóveis			-16.188.488	-14.911.323					
Intangível			178.233.821	176.075.712					
					TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.407.792.771	2.705.151.647	
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022	
					Demais Reservas		47.199	47.199	
					Resultados Acumulados		7.725.515.566	6.033.236.888	
					Resultado do Exercício		1.831.261.355	162.756.532	
					Resultados de Exercícios Anteriores		6.033.236.888	6.114.584.830	
					Ajustes de Exercícios Anteriores		-138.982.678	-244.104.473	
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.725.562.765	6.033.284.088	
TOTAL DO ATIVO			9.133.355.536	8.738.435.735	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.133.355.536	8.738.435.735	

Fonte: Siafi Web

Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		23.946.470.568	21.496.569.377
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		33.488.634	28.743.679
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		40.750.925	39.387.665
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		46.851	25.797
Variações Monetárias e Cambiais		22.442	843
Transferências e Delegações Recebidas	7	23.814.094.143	21.286.383.933
Transferências Intragovernamentais		23.810.198.999	21.272.744.468
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		12.144.381	35.933.820
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8	45.945.635	106.094.483
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	11.524
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		45.945.635	106.082.959
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		22.115.209.213	20.373.797.440
Pessoal e Encargos		2.367.981.687	2.274.577.709
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		547.330.869	506.446.594
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		324.926.451	218.033.360
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		10.367	11.062
Transferências e Delegações Concedidas	9	15.771.166.111	14.461.727.210
Transferências Intragovernamentais		15.766.517.573	14.459.827.387
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10	3.093.788.469	2.908.930.117
Tributárias		9.232.841	3.430.337
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		772.419	641.051
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.831.261.355	1.122.771.937

Fonte: Siafi Web

Balanço Orçamentário – BO

RECEITAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				23.528.978	23.528.978
Recargas Tributárias				23.442.072	23.442.072
Recargas de Contribuições					
Recarga Patrimonial					
Recarga Agropecuária					
Recarga Industrial					
Recargas de Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Recargas Correntes				86.907	86.907
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais					
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11			86.907	86.907
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Recargas de Capital					
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS				23.528.978	23.528.978
REFINANCIAMENTO					
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				23.528.978	23.528.978
DEFICIT				11.031.126.313	11.031.126.313
TOTAL				11.054.655.291	11.054.655.291

Fonte: Siafi Web

Balço Orçamentário - B0

DESPESAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12	15.065.771.604,00	15.064.310.604,00	10.992.859.017,84	6.381.101.487,61	6.342.295.307,90	4.071.451.586
Pessoal e Encargos Sociais		12.276.672.991,00	12.276.672.991,00	6.518.218.023,12	3.089.604.443,55	3.074.474.139,83	5.758.454.968
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		2.789.098.613,00	2.787.637.613,00	4.474.640.994,72	3.291.497.044,06	3.267.821.168,07	(1.687.003.382)
DESPESAS DE CAPITAL		411.789.039,00	413.250.039,00	61.796.273,57	1.970.472,15	1.796.554,18	351.453.765
Investimentos		393.162.170,00	397.623.170,00	61.521.549,61	1.695.749,15	1.521.831,18	336.101.620
Inversões Financeiras		18.626.869,00	15.626.869,00	274.723,96	274.723,00	274.723,00	15.352.145
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS							
SUBTOTAL DAS DESPESAS		15.477.560.643,00	15.477.560.643,00	11.054.655.291,41	6.383.071.959,76	6.344.091.862,08	4.422.905.352
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		15.477.560.643,00	15.477.560.643	11.054.655.291	6.383.071.960	6.344.091.862	4.422.905.352
TOTAL		15.477.560.643,00	15.477.560.643	11.054.655.291	6.383.071.960	6.344.091.862	4.422.905.352

Fonte: Siafi Web

Balanco Financeiro – BF

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
Receitas Orçamentárias		23.528.978,38	35.870.917,22	Despesas Orçamentárias		11.054.655.291,41	9.973.983.796,58
Ordinárias				Ordinárias		7.276.025.854,42	6.374.341.592,94
Vinculadas		23.735.141,71	39.145.511,74	Vinculadas	16	3.778.629.436,99	3.599.642.203,64
Educação		69.525,36	15.091.380,12	Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.479.928.866,81	2.646.015.591,62
Previdência Social (RPPS)				Previdência Social (RPPS)		1.186.781.728,99	849.680.936,85
Alienação de Bens e Direitos			1.736,82	Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		111.918.841,19	103.945.675,17
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas		23.664.652,15	24.052.394,80				
Recursos a Classificar		964,20					
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(206.163,33)	(3.274.594,52)				
Transferências Financeiras Recebidas	13	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	Transferências Financeiras Concedidas	17	15.766.517.572,77	14.459.827.387,45
Resultantes da Execução Orçamentária		19.831.272.070,53	18.608.939.978,91	Resultantes da Execução Orçamentária		13.118.008.240,13	12.379.075.624,23
Cota Recebida		6.741.893.600,96	6.341.550.045,73	Repasse Concedido		230.323,63	30.261,00
Repasse Recebido		830.220,83	611.906,51	Sub-repasse Concedido		13.074.312.934,61	12.266.562.713,93
Sub-repasse Recebido		13.074.312.934,61	12.266.562.713,93	Cota Devolvida		29.229.667,76	112.267.336,56
Sub-repasse Devolvido		14.235.314,13	215.312,74	Sub-repasse Devolvido		14.235.314,13	215.312,74
Independentes da Execução Orçamentária	14	3.978.926.928,78	2.663.804.488,65	Independentes da Execução Orçamentária	14	2.648.509.332,64	2.080.751.763,22
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.976.602.831,32	2.648.128.936,70	Transferências Concedidas p/ Pagamento de RP		2.527.613.108,81	1.890.752.804,61
Demais Transferências Recebidas		1.079.722,36	720.416,16	Demais Transferências Concedidas		736.390,99	603.652,56
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.244.375,10	14.955.135,79	Movimento de Saldos Patrimoniais		120.159.832,84	189.395.306,05
Aporte ao RPPS				Aporte ao RPPS			
Aporte ao RGPS				Aporte ao RGPS			
Recebimentos Extraorçamentários		4.963.829.975,91	4.268.918.405,80	Pagamentos Extraorçamentários		1.690.141.917,41	1.117.615.902,28
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		38.980.097,68	34.452.839,65	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		57.112.480,69	20.495.851,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.671.583.331,65	3.972.284.945,03	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.350.292.215,41	984.012.553,13
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		157.509.595,72	123.177.071,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		282.731.047,77	113.102.866,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários		95.756.950,86	139.003.549,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários		6.173,54	4.630,88
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto		680.760,66	508.870,78	Pagto de Restituições de Exercícios Anteriores			3.072,58
Restituições a Pagar		39.757,64		Valores Compensados		2.548,45	
Cancelamento de Obrig. do Exercício Anterior		10.564,94	547,99	Demais Pagamentos		3.625,09	1.558,30
Arrecadação de Outra Unidade	15	95.025.867,62	138.381.793,33				
Valores para Compensação			112.337,40				
Saldo do Exercício Anterior		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	Saldo para o Exercício Seguinte		2.386.168.627,26	1.864.739.676,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	Caixa e Equivalentes de Caixa		2.386.168.627,26	1.864.739.676,45
TOTAL		30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	TOTAL		30.897.483.408,85	27.416.166.762,76

Fonte: Siafi Web

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19	333.320.882,68	49.175.808,03
INGRESSOS		24.086.313.763,61	21.570.287.135,12
Receita Tributária		23.442.071,71	20.120.607,24
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		86.906,67	15.750.304,66
Transferências Recebidas		-	5,32
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	5,32
Outros Ingressos Operacionais		24.062.784.785,23	21.534.416.217,90
Ingressos Extraorçamentários		157.509.595,72	123.177.071,62
Restituições a Pagar		39.757,64	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		10.564,94	547,99
Transferências Financeiras Recebidas		23.810.198.999,31	21.272.744.467,56
Arrecadação de Outra Unidade		95.025.867,62	138.381.793,33
Valores para Compensação		-	112.337,40
DESEMBOLSOS		-23.752.992.880,93	-21.521.111.327,09
Pessoal e Demais Despesas		-7.315.312.475,39	-6.579.316.126,59
Judiciário		-2.454.724.467,83	-2.227.498.113,79
Essencial à Justiça		-19.219,57	-
Administração		-1.482,80	-1.964,07
Previdência Social		-584.852.220,29	-526.131.598,41
Encargos Especiais		-4.276.395.845,56	-3.826.193.321,10
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		680.760,66	508.870,78
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-388.425.611,46	-368.860.315,32
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-388.425.611,46	-368.860.315,32
Outras Transferências Concedidas		-	-
Outros Desembolsos Operacionais		-16.049.254.794,08	-14.572.934.885,18

Dispêndios Extraorçamentários		-282.731.047,77	-113.102.866,85
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores			-3.072,58
Transferências Financeiras Concedidas		-15.766.517.572,77	-14.459.827.387,45
Valores Compensados		-2.548,45	
Demais Pagamentos		-3.625,09	-1.558,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	-47.077.710,67	-23.069.103,76
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-47.077.710,67	-23.069.103,76
Aquisição de Ativo Não Circulante		-35.986.606,97	-18.004.959,64
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos		-11.091.103,70	-5.064.144,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		286.243.172,01	26.106.704,27
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	18	2.099.925.455,25	1.838.632.972,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.386.168.627,26	1.864.739.676,45

Fonte: Siafi Web

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

NOTA 1 - BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE	2.729.292.283	2.344.484.097	16,41%	29,88%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.386.168.627	2.099.925.455	13,63%	26,13%
Créditos a Curto Prazo	277.546.243	183.163.006	51,53%	3,04%
Demais Créditos e Valores	280.389.243	186.006.006	50,74%	3,07%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.843.000	-2.843.000	0,00%	-0,03%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0	0	0,00%	0,00%
Estoques	36.972.653	38.230.172	-3,29%	0,40%
VPDs Pagas Antecipadamente	28.604.760	23.165.465	23,48%	0,31%
TOTAL DO ATIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100%

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 1º trimestre de 2023 foi a de **13 Salário Adiantamento**, respondendo por 54,1% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
13 Salário Adiantamento	151.558.733	54,1%
Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada	67.211.820	24,0%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	19.825.531	7,1%
Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado	10.982.359	3,9%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	9.909.849	3,5%
Créditos a Receber de Acerto Financeiro c/Servidor/Ex Servidor	7.717.696	2,8%
Adiantamento a Fornecedores	6.991.360	2,5%
Outros	3.713.100	1,3%
Adiantamento de Férias	2.478.796	0,9%
TOTAL	280.389.243	100,0%

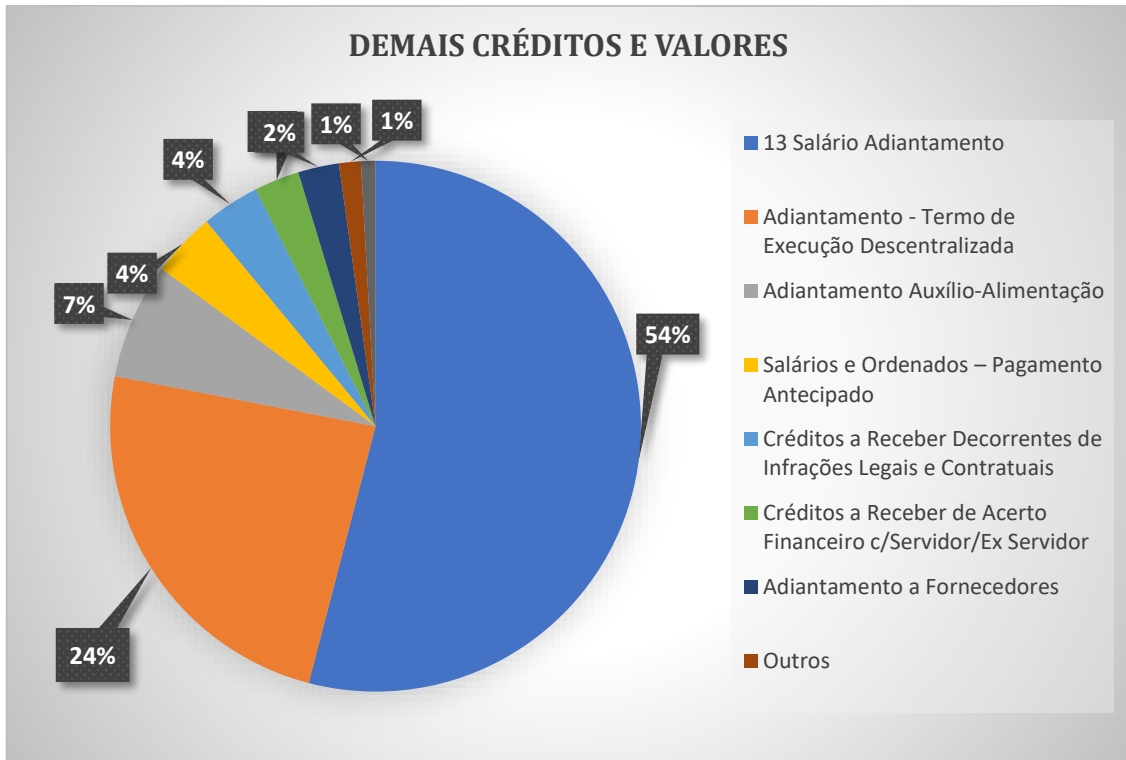


Gráfico 1

NOTA 2 - BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.404.063.252	6.393.951.638	0,16%	70,12%
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.630.748	4.627.451	0,07%	0,05%
Créditos a Longo Prazo	4.630.748	4.627.451	0,07%	0,05%
Demais Créditos e Valores	4.630.748	4.627.451	0,07%	0,05%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a LP	0	0	-	0,00%
TOTAL DO ATIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100%

Dentre as contas que compõem “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 1º trimestre de 2023 foi a de “Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração”, respondendo por 53,30% do total do Créditos a Longo Prazo, seguida pela conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, com 31,19%. As duas contas, juntas, respondem por 84,49% do total dos Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração	2.467.968	53,30%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	1.444.467	31,19%
Indenizações a Receber	426.078	9,20%
Crédito a Receber por Acerto Financ C/Serv e Ex-Serv	159.195	3,44%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	133.040	2,87%
TOTAL	4.630.748	100,00%

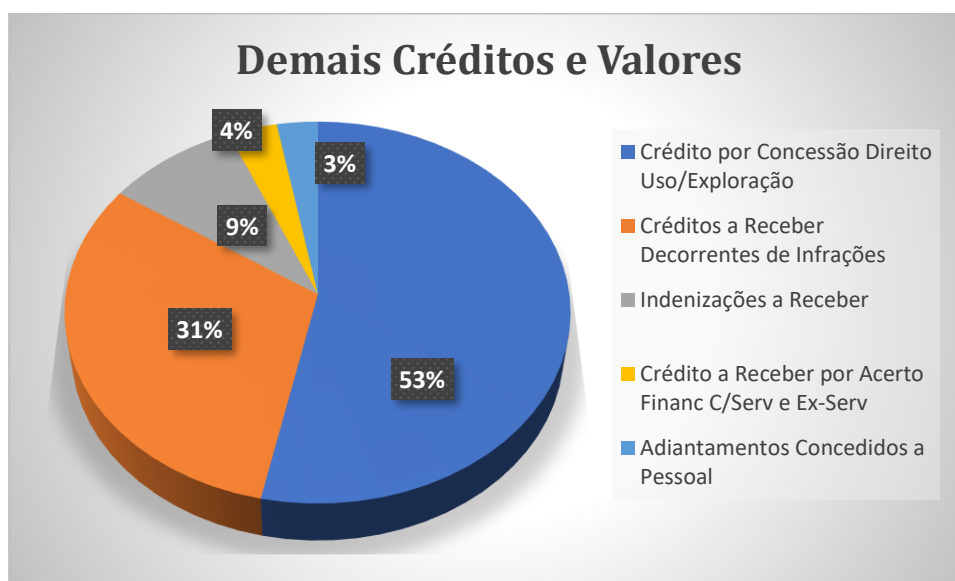


Gráfico 2

NOTA 3 - BP - ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis

ATIVO	2023	2022	AH	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.404.063.252	6.393.951.638	0,16%	70,12%
Imobilizado	6.221.198.674	6.213.248.465	0,13%	68,12%
Bens Móveis	703.674.153	705.344.797	-0,24%	7,70%
Bens Móveis	1.519.045.461	1.499.385.967	1,31%	16,63%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-815.371.307	-794.041.171	2,69%	-8,93%
Bens Imóveis	5.517.524.520	5.507.903.668	0,17%	60,41%
Bens Imóveis	5.533.713.009	5.522.814.992	0,20%	60,59%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-16.188.488	-14.911.323	8,57%	-0,18%
TOTAL DO ATIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100,00%

O Imobilizado, que representa 97,14% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 11,31% de Bens Móveis e 88,69% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2023	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.630.748	0,07%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.221.198.674	97,14%
Intangível	178.233.821	2,78%
Total	6.404.063.252	100,00%

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2023	%
Bens Móveis	703.674.153	11,31%
Bens Imóveis	5.517.524.520	88,69%
TOTAL	6.221.198.674	100,00%

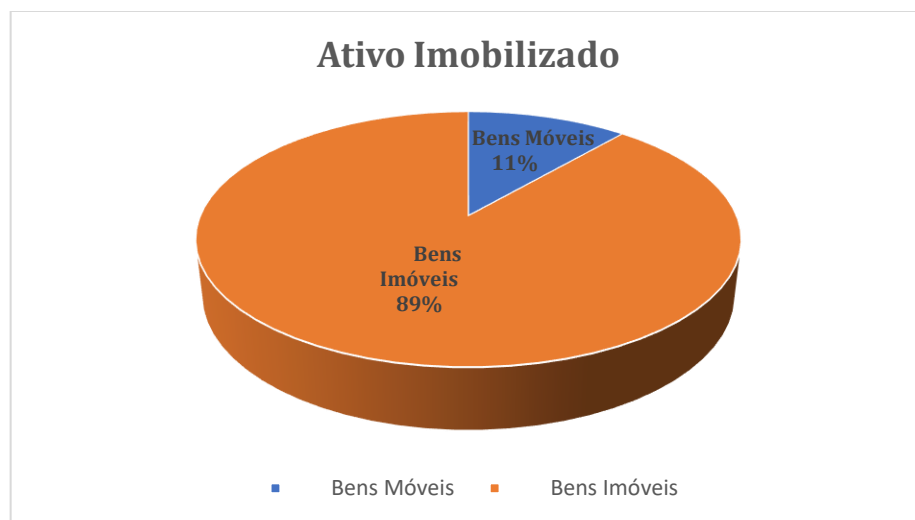


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.533.713.008,90 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios, conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2023	%
Edifícios	4.087.818.579,48	73,87%
Terrenos/Glebas	492.671.299,03	8,90%
Obras em Andamento	348.167.189,12	6,29%
Bens Imóveis a Classificar/Registrar	224.406.791,83	4,06%
Demais Imóveis	216.793.251,74	3,92%
Armazens/Galpões	163.855.897,70	2,96%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.533.713.008,90	100,00%
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	16.188.488,41	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)	5.517.524.520,49	-

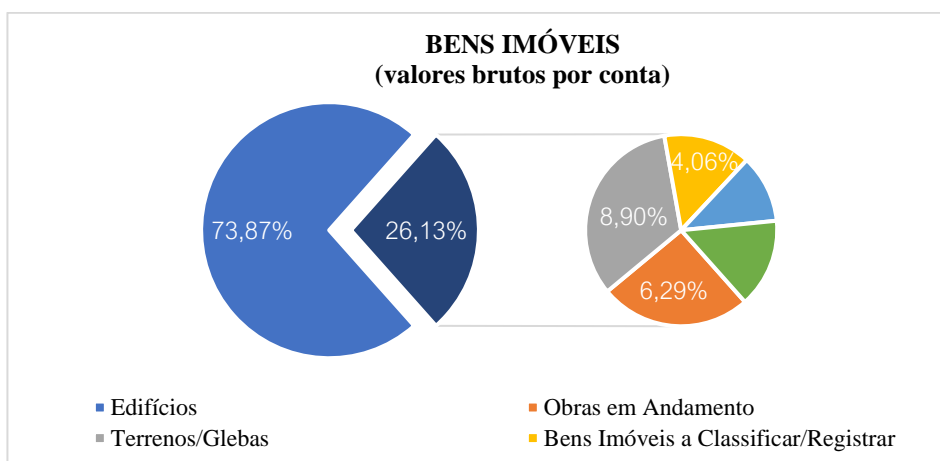


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar a composição dos itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2023	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	4.819.958.336,35	87,10%
Bens Imóveis em Andamento	365.343.466,82	6,60%
Demais Bens Imóveis	224.406.791,83	4,06%
Instalações	77.396.897,31	1,40%
Bens de Uso Especial Não Registrados no Spiunet	38.550.212,90	0,70%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	8.057.303,69	0,15%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	5.533.713.008,90	100,00%
Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	16.188.488,41	-
TOTAL DE BENS IMÓVEIS (Valor líquido)	5.517.524.520,49	-

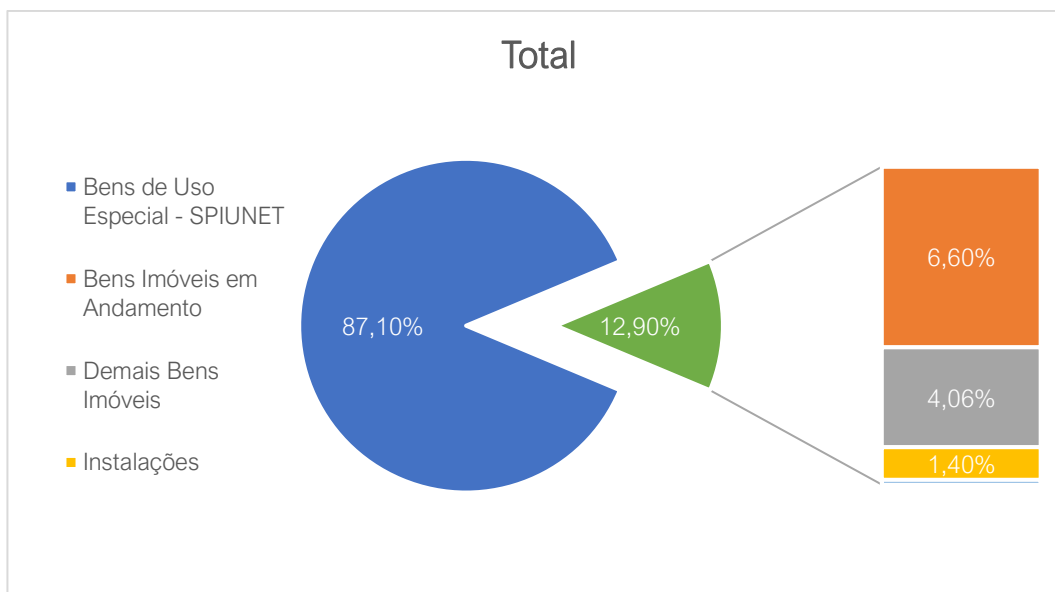


Gráfico 5

Do total de R\$ 4.087.818.579,48 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 73,87% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 3ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 4ª e 1ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2023	%
3ª Região	926.773.881,38	22,67%
4ª Região	846.574.649,91	20,71%
1ª Região	836.169.042,78	20,46%
2ª Região	742.190.451,38	18,16%
5ª Região	448.706.343,09	10,98%
6ª Região	211.175.902,99	5,17%
Conselho da Justiça Federal	76.228.307,95	1,86%
TOTAL DE EDIFÍCIOS	4.087.818.579,48	100,00%

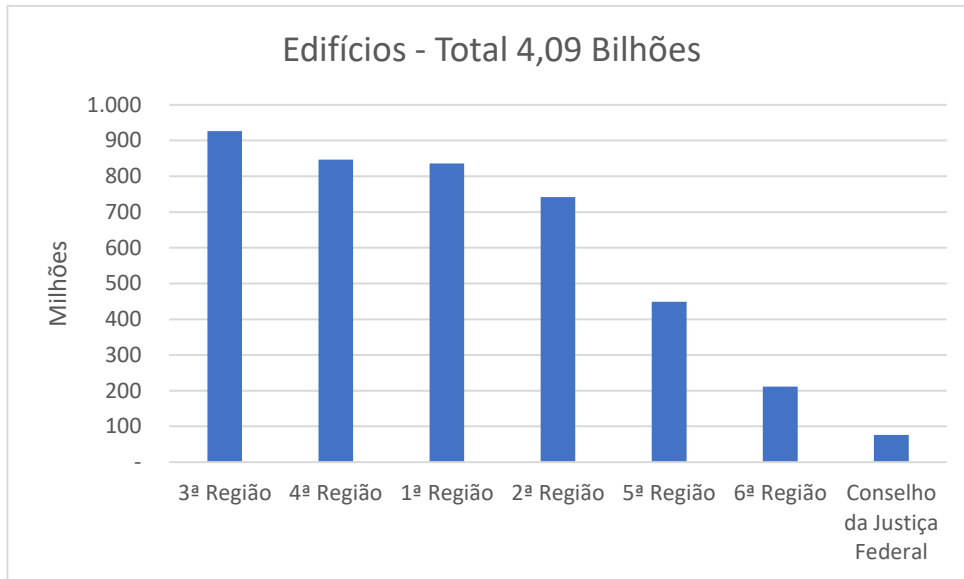


Gráfico 6

NOTA 4 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.407.514.678	2.704.873.554	-48,0%	15,41%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	2.371.843.330	-45,3%	14,20%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	22.796.793	25,9%	0,31%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	24.233.349	-79,5%	0,05%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	285.999.278	-73,0%	0,85%
TOTAL DO PASSIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100,00%

A variação negativa de 45,3% na conta “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” decorre dos pagamentos realizados no 1º Trimestre de 2023 referentes aos valores que haviam sido inscritos em Restos a Pagar relativos a Precatórios de Benefícios Previdenciários.

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 92,11% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 1º Trimestre de 2023, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	92,11%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	2,04%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	0,01%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	0,35%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	5,49%
Total	1.407.514.678	100,00%

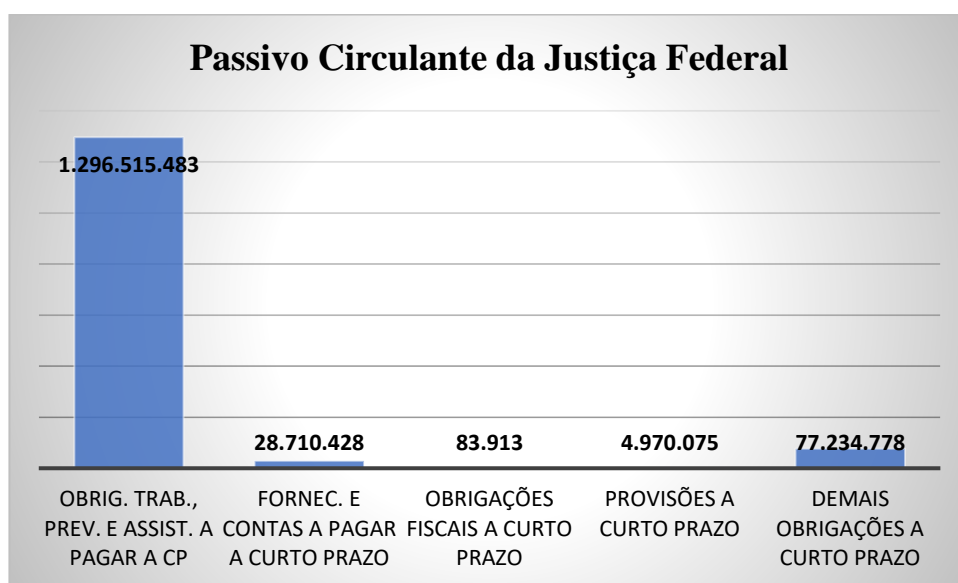


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	2023	%
Pessoal a Pagar	1.126.056.769,32	86,85%
Encargos Sociais a Pagar	96.286.068,85	7,43%
Benefícios Previdenciários a Pagar	74.146.020,02	5,72%
Benefícios Assistenciais a Pagar	26.624,49	0,00%
Total	1.296.515.482,68	100,00%

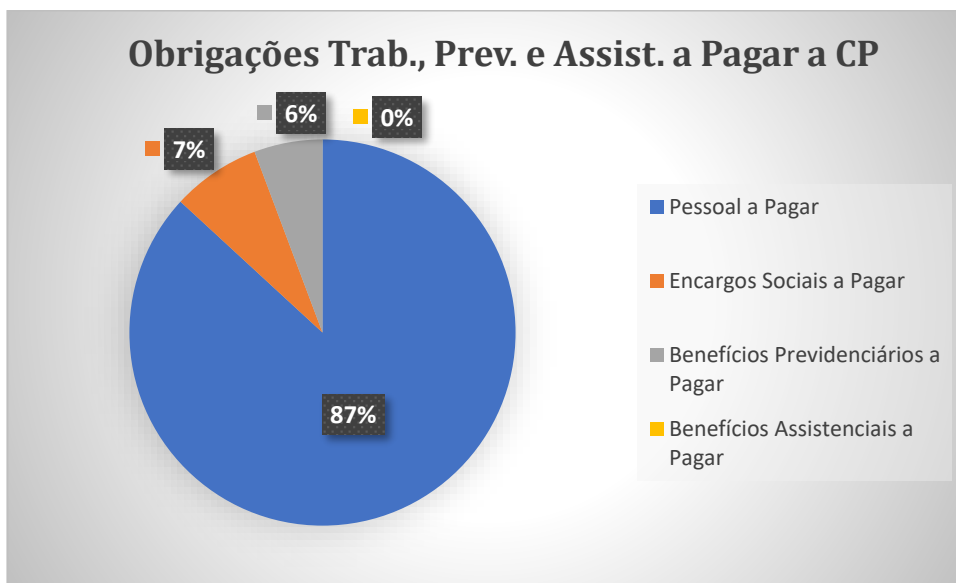


Gráfico 8

NOTA 5 - BP - PASSIVO CIRCULANTE - Provisões a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.407.514.678	2.704.873.554	-48,0%	15,41%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	2.371.843.330	-45,3%	14,20%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	22.796.793	25,9%	0,31%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	24.233.349	-79,5%	0,05%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	285.999.278	-73,0%	0,85%
TOTAL DO PASSIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	92,11%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	2,04%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	0,01%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	0,35%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	5,49%
Total	1.407.514.678	100,00%

Verifica-se que as Provisões a Curto Prazo representam 0,35% do total do Passivo Circulante. O valor corresponde a estimativas realizadas pelas unidades do TRF da 1ª Região (R\$ 4.397.319,19) e TRF da 6ª Região (R\$ 572.756,00) relativas à prestação de serviços médicos e odontológicos - AMOS PRÓ-SOCIAL, dos valores a pagar que serão empenhados no exercício de 2023.

NOTA 6 - BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo

PASSIVO	2023	2022	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	1.407.514.678	2.704.873.554	-48,0%	15,41%
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	2.371.843.330	-45,3%	14,20%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	22.796.793	25,9%	0,31%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	804	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	24.233.349	-79,5%	0,05%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	285.999.278	-73,0%	0,85%
TOTAL DO PASSIVO	9.133.355.536	8.738.435.735	4,52%	100,00%

PASSIVO CIRCULANTE	2023	AV
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	1.296.515.483	92,11%
Fornec. e Contas a Pagar a Curto Prazo	28.710.428	2,04%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	83.913	0,01%
Provisões a Curto Prazo	4.970.075	0,35%
Demais Obrigações a Curto Prazo	77.234.778	5,49%
Total	1.407.514.678	100,00%

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 5,49% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2023	%
Valores Restituíveis	74.595.156,65	96,58%
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.639.621,76	3,42%
Total	77.234.778,41	100,00%

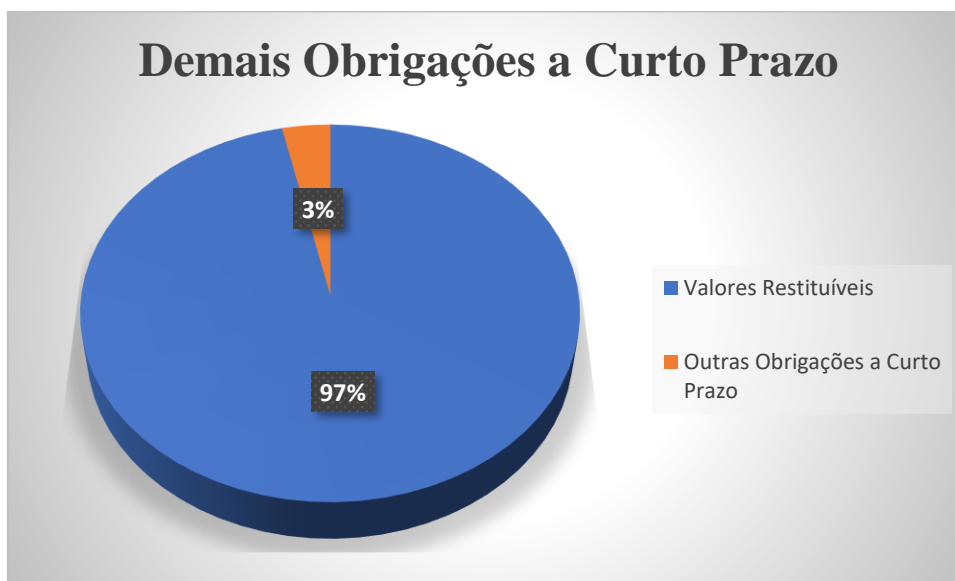


Gráfico 9

NOTA 7 - DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.946.470.568,29	21.496.569.377,07	11,40%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.488.633,68	28.743.678,64	16,51%	0,14%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	40.750.925,42	39.387.665,48	3,46%	0,17%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	46.850,79	25.797,18	81,61%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	24.408,54	24.953,75	-2,18%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	22.442,25	843,43	2560,83%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	23.814.094.142,85	21.286.383.932,77	11,87%	99,45%
Transferências Intragovernamentais	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	11,93%	99,43%
Transferências Intergovernamentais	-	5,32	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.895.143,54	13.639.459,89	-71,44%	0,02%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	12.144.381,03	35.933.820,11	-66,20%	0,05%
Reavaliação de Ativos	4.623.064,76	1.828.076,64	152,89%	0,02%
Ganhos com Alienação	-	-	-	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.465.567,92	1.724.934,67	-87,47%	0,02%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.055.748,35	32.380.808,80	-56,69%	0,19%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.945.634,52	106.094.482,89	-56,69%	0,19%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	11.523,68	-100,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	45.945.634,52	106.082.959,21	-56,69%	0,19%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,45% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais (99,98%), conforme demonstrado abaixo:

Especificação	2023	%
Transferências Intragovernamentais	23.810.198.999,31	99,98%
Transferências Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.895.143,54	0,02%
Transferências e Delegações Recebidas	23.814.094.142,85	100,00%

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 54,91% de Sub-repasse Recebido, 28,32% de Cota Recebida e 16,77% relativos a outras transferências, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2023	%
Sub-Repasse Recebido	13.074.312.934,61	54,91%
Cota Recebida	6.741.893.600,96	28,32%
Outros	3.993.992.463,74	16,77%
Total	23.810.198.999,31	100,00%

Cabe ressaltar que a Justiça Federal recebe a Cota da STN, e repassa para as UGs intermediárias, que por seu turno, irão sub-repassar para as UGs executoras.

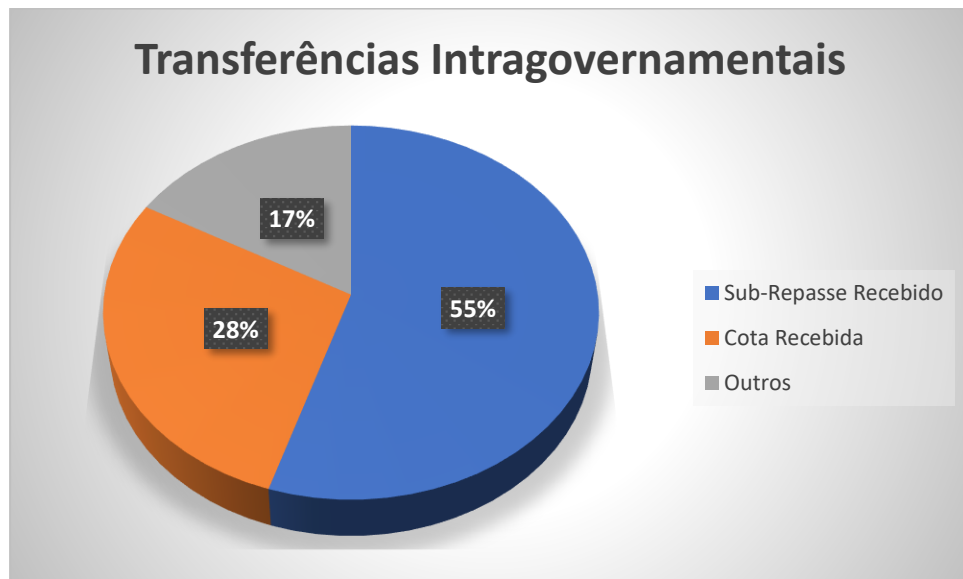


Gráfico 10

NOTA 8 - DVP - VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.946.470.568,29	21.496.569.377,07	11,40%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.488.633,68	28.743.678,64	16,51%	0,14%
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	40.750.925,42	39.387.665,48	3,46%	0,17%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	46.850,79	25.797,18	81,61%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	24.408,54	24.953,75	-2,18%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	22.442,25	843,43	2560,83%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	23.814.094.142,85	21.286.383.932,77	11,87%	99,45%
Transferências Intragovernamentais	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	11,93%	99,43%
Transferências Intergovernamentais	-	5,32	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.895.143,54	13.639.459,89	-71,44%	0,02%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	12.144.381,03	35.933.820,11	-66,20%	0,05%
Reavaliação de Ativos	4.623.064,76	1.828.076,64	152,89%	0,02%
Ganhos com Alienação	-	-	-	0,01%
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.465.567,92	1.724.934,67	-87,47%	0,02%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.055.748,35	32.380.808,80	-56,69%	0,19%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.945.634,52	106.094.482,89	-56,69%	0,19%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	11.523,68	-100,00%	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	45.945.634,52	106.082.959,21	-56,69%	0,19%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde ao total:

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	45.945.634,52	100,00%
Total	45.945.634,52	100,00%

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Restituições”, responsável por 81,32% dos lançamentos, ou R\$ 37,4 milhões, aproximadamente, conforme demonstrado a seguir:

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2023	%
Restituições	37.364.879,88	81,32%
Multas Administrativas	3.910.983,48	8,51%
Indenizações	1.732.321,70	3,77%
Fatos Geradores Diversos	2.927.819,44	6,37%
Produção de Energia Elétrica para Consumo Próprio	9.630,02	0,02%
Total	45.945.634,52	100,00%

O valor de “Restituições”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2023	%
Conselho da Justiça Federal	49.242,20	0,13%
1ª Região	13.956.774,63	37,35%
2ª Região	4.408.431,66	11,80%
3ª Região	11.197.191,54	29,97%
4ª Região	1.613.751,42	4,32%
5ª Região	5.089.513,30	13,62%
6ª Região	1.049.975,13	2,81%
Total	37.364.879,88	100,00%

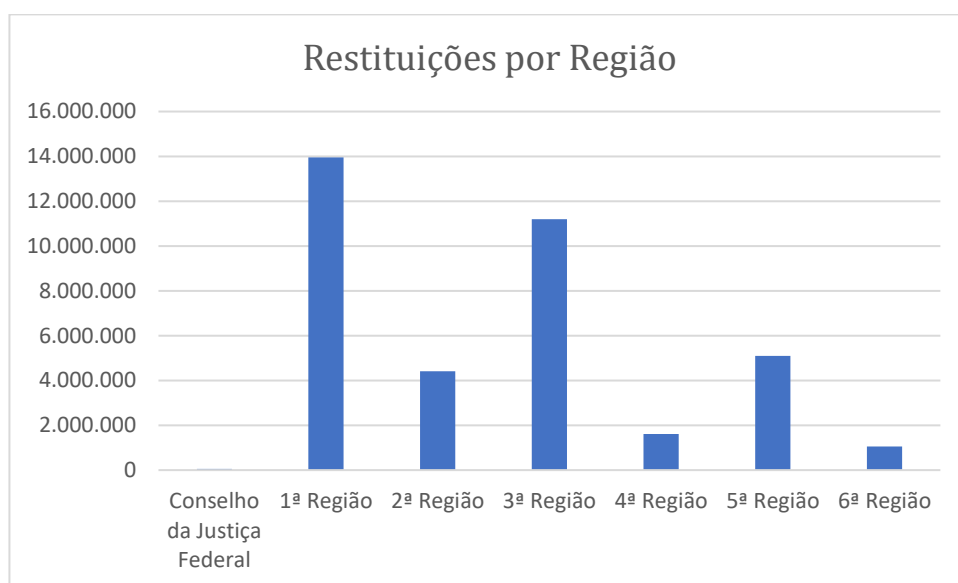


Gráfico 11

NOTA 9 - DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

Especificação	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.115.209.213,41	20.373.797.440,20	8,55%	100,00%
Pessoal e Encargos	2.367.981.687,24	2.274.577.709,05	4,11%	10,71%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	547.330.868,53	506.446.593,78	8,07%	2,47%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	324.926.450,54	218.033.360,41	49,03%	1,47%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.366,81	11.062,15	-6,29%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	15.771.166.111,09	14.461.727.210,33	9,05%	71,31%
Transferências Intragovernamentais	15.766.517.572,77	14.459.827.387,45	9,04%	71,29%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.648.538,32	1.899.822,88	144,68%	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.093.788.468,82	2.908.930.116,51	6,35%	13,99%
Tributárias	9.232.841,23	3.430.336,89	169,15%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	772.419,15	641.051,08	20,49%	0,00%

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 71,31% do total, conforme demonstrado no quadro anterior.

Do total de “Transferências e Delegações Concedidas” 98,93% são referentes a “Transferências Intragovernamentais” e 1,07% referentes a “Outras Transferências e Delegações Concedidas”.

Os 98,93% de “Transferências Intragovernamentais” são compostos por 82,90% referentes a “Repasso e Sub-repasso Concedido” e 16,03% a “Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar”, conforme demonstrado no quadro a seguir (percentuais em relação ao total de “Transferências e Delegações Concedidas”):

Transferências e Delegações Concedidas	2023	%
Transferências Intragovernamentais	15.602.892.758,04	98,93%
Repasso e Sub-repasso Concedido	13.074.543.258,24	82,90%
Transferências Conced. p/ Pagamento de RP	2.527.613.108,81	16,03%
Demais Transferências Intragovernamentais	736.390,99	0,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	168.273.353,05	1,07%
Total	15.771.166.111,09	100,00%

Em relação somente ao total de Transferências Intragovernamentais, os Repasses e Sub-repasses concedidos correspondem a 83,80%, e as Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar representam 16,20%, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2023	%
Repasso e Sub-repasso Concedido	13.074.543.258,24	83,80%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.527.613.108,81	16,20%
Demais Transferências	736.390,99	0,00%
Total	15.602.892.758,04	100,00%

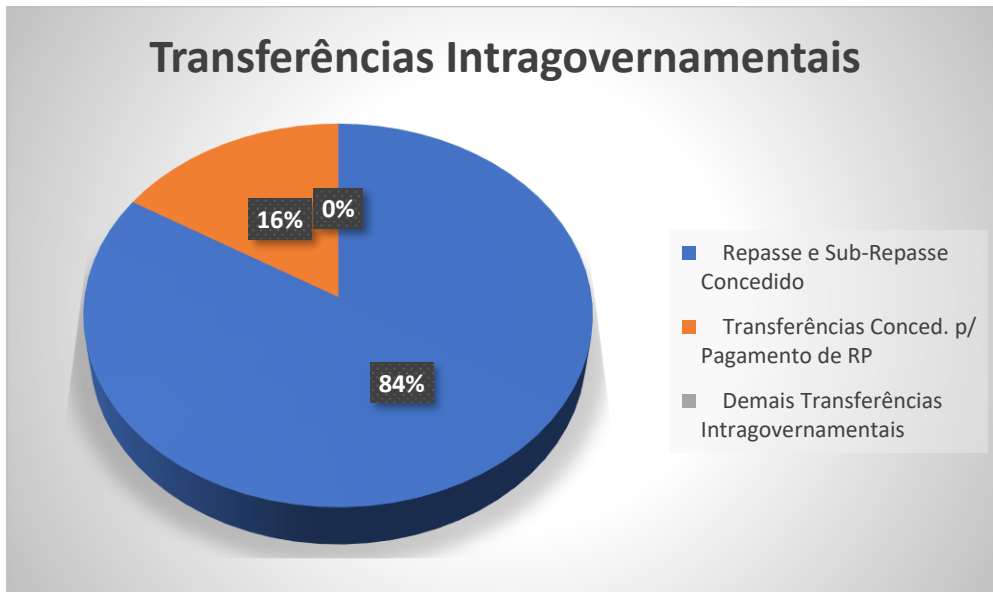


Gráfico 12

NOTA 10 - DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Especificação	2023	2022	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.115.209.213,41	20.373.797.440,20	8,55%	100,00%
Pessoal e Encargos	2.367.981.687,24	2.274.577.709,05	4,11%	10,71%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	547.330.868,53	506.446.593,78	8,07%	2,47%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	324.926.450,54	218.033.360,41	49,03%	1,47%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	10.366,81	11.062,15	-6,29%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	15.771.166.111,09	14.461.727.210,33	9,05%	71,31%
Transferências Intragovernamentais	15.766.517.572,77	14.459.827.387,45	9,04%	71,29%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.648.538,32	1.899.822,88	144,68%	0,02%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.093.788.468,82	2.908.930.116,51	6,35%	13,99%
Tributárias	9.232.841,23	3.430.336,89	169,15%	0,04%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	772.419,15	641.051,08	20,49%	0,00%

A conta “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que representa 13,99% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos”, relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,57% desse grupo., conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2023	%
Incorporação de Passivos	3.080.555.654,19	99,57%
Desincorporação de Ativos	12.693.726,58	0,41%
Reavaliação de Bens Imóveis	261.375,77	0,01%
Perdas Involuntárias com Estoques	220.878,22	0,01%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	50.337,14	0,00%
Reavaliação de Bens Móveis	6.496,92	0,00%
Total	3.093.788.468,82	100,00%

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2023	%
Conselho da Justiça Federal	96.604,60	0,00%
1ª Região	1.081.680.151,19	35,11%
2ª Região	234.802.438,62	7,62%
3ª Região	580.530.021,06	18,84%
4ª Região	703.670.522,30	22,84%
5ª Região	479.775.916,42	15,57%
Total	3.080.555.654,19	100,00%

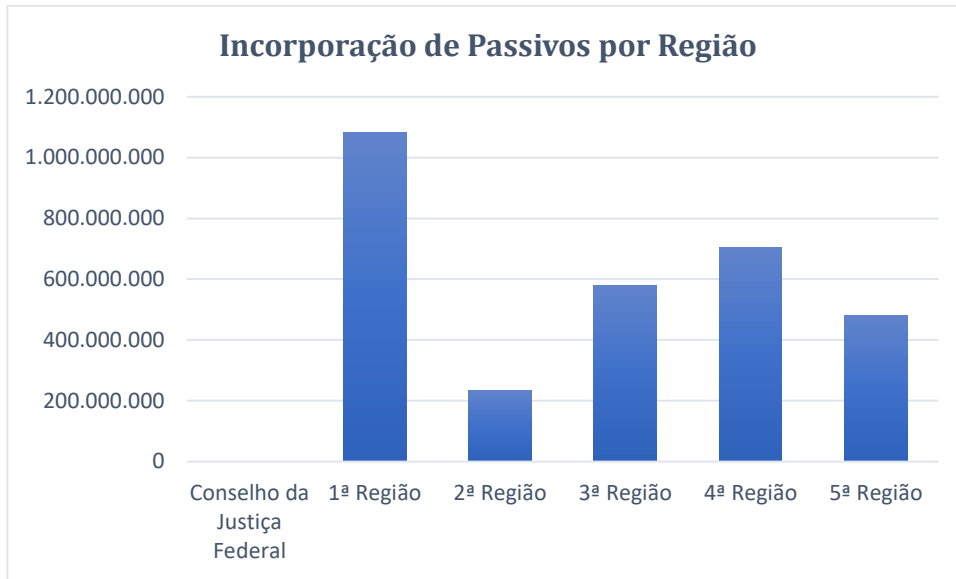


Gráfico 13

NOTA 11 - BO - RECEITAS CORRENTES - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES			23.528.978	23.528.978
Receitas Tributárias			23.442.072	23.442.072
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes			86.907	86.907
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			86.907	86.907
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS			23.528.978	23.528.978
REFINANCIAMENTO				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			23.528.978	23.528.978
DEFICIT			11.031.126.313	11.031.126.313
TOTAL			11.054.655.291	11.054.655.291

O cancelamento dos precatórios e RPV, em virtude da edição da Lei nº 13.463/17 gerou impacto no Balanço Orçamentário da Justiça Federal. Nesse contexto, o item “Outras Receitas Correntes - Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, alcançou, no 1º trimestre de 2023, o valor de R\$ 86.906,67 de recursos arrecadados e registrados no BO por meio do Cód. Recolhimento de GRU nº 18898-0 - STN DEV.PRECATORIO CANCELADO - LEI 13.463/17 e 18899-0 - STN DEV.RPV CANCELADO - LEI 13.463/17.

Contudo, esse valor não representa a totalidade dos recursos arrecadados em função da lei, tendo em vista que a maior parte é registrada diretamente no patrimônio da Fazenda Nacional.

É importante frisar que em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, de 30/06/2022, a partir da referida data não houve mais cancelamento de precatórios cujos valores não tenham sido sacados pelos credores no prazo de dois anos, conforme determinava o art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.

Do total das Receitas Realizadas 99,63% são de origem “Tributária – Emolumentos e Custas Judiciais” e 0,37% derivadas de “Outras Receitas Correntes - Restituições de Sentenças Judiciais não Sacadas”, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	23.442.072	99,63%
Receitas de Serviços	-	-
Transferências Correntes	-	-
Outras Receitas Correntes	86.907	0,37%
Total	23.528.978,38	100,00%

Outra forma de visualizar as “Receitas Correntes Realizadas” está demonstrada no quadro a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	23.442.072	99,63%
Outras Receitas Correntes - Restituições de Sentenças Judiciais não sacadas	86.907	0,37%
TOTAL	23.528.978	100,00%

A distribuição dos valores de “Receitas Tributárias Realizadas – Emolumentos e Custas Judiciais”, por Região, estão apresentados no quadro a seguir:

Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	2023	%
1ª Região	6.915.276,02	29,50%
2ª Região	3.024.235,06	12,90%
3ª Região	6.265.247,89	26,73%
4ª Região	5.370.819,81	22,91%
5ª Região	1.772.991,66	7,56%
Outros Órgãos	93.501,27	0,40%
Total	23.442.071,71	100,00%

Já o valor de R\$ 86.907,67 referente à “Restituições de Sentenças Judiciais não Sacados” é relativo somente à Primeira Região.

NOTA 12 - BO – DESPESAS CORRENTES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	15.064.310.604,00	10.992.859.017,84	4.071.451.586,16	72,97%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991,00	6.518.218.023,12	5.758.454.967,88	53,09%
Outras Despesas Correntes	2.787.637.613,00	4.474.640.994,72	-1.687.003.381,72	160,52%
DESPESAS DE CAPITAL	413.250.039,00	61.796.273,57	351.453.765,43	14,95%
Investimentos	397.623.170,00	61.521.549,61	336.101.620,39	15,47%
Inversões Financeiras	15.626.869,00	274.723,96	15.352.145,04	1,76%
TOTAL	15.477.560.643,00	11.054.655.291,41	4.422.905.351,59	71,42%

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 71,42% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPVs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 225.790.275,53 referente à execução de precatórios e RPVs.

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios e RPVs, no valor de R\$ 2.915.137.987,16, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 274.723,96, referente à execução de precatórios e RPVs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
DESPESAS CORRENTES	15.064.310.604,00	7.851.930.755,15	7.212.379.848,85	52,12%
Pessoal e Encargos Sociais	12.276.672.991,00	6.292.427.747,59	5.984.245.243,41	51,26%
Outras Despesas Correntes	2.787.637.613,00	1.559.503.007,56	1.228.134.605,44	55,94%
DESPESAS DE CAPITAL	413.250.039,00	61.521.549,61	351.728.489,39	14,89%
Investimentos	397.623.170,00	61.521.549,61	336.101.620,39	15,47%
Inversões Financeiras	15.626.869,00	0,00	15.626.869,00	0,00%
TOTAL	15.477.560.643,00	7.913.452.304,76	7.564.108.338,24	51,13%

NOTA 13 - BF - INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	11,93%	77,06%
Resultantes da Execução Orçamentária	19.831.272.070,53	18.608.939.978,91	6,57%	64,18%
Cota Recebida	6.741.893.600,96	6.341.550.045,73	6,31%	21,82%
Repasso Recebido	830.220,83	611.906,51	35,68%	0,00%
Sub-repasso Recebido	13.074.312.934,61	12.266.562.713,93	6,58%	42,32%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	215.312,74	6511,46%	0,05%
TOTAL DE INGRESSOS	30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	12,70%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 77,06%. É composta, principalmente, pelo movimento das contas de “Cotas Recebidas” e “Sub-repasso Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2023	%
Cota Recebida	6.741.893.600,96	34,0%
Repasso Recebido	830.220,83	0,0%
Sub-repasso Recebido	13.074.312.934,61	65,9%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	0,1%
Total	19.831.272.070,53	100,00%

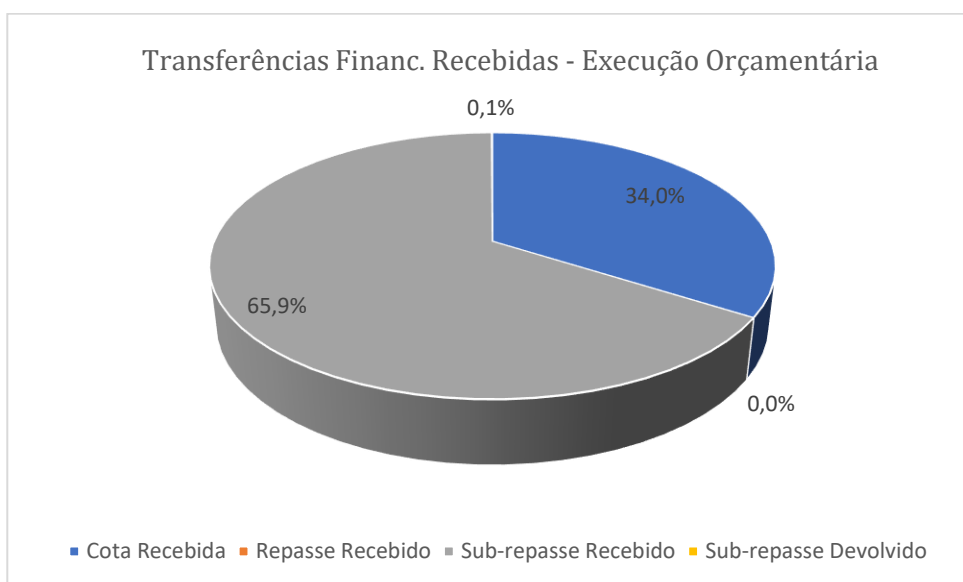


Gráfico 14

A variação de ambas é resultado da movimentação financeira necessária ao pagamento de precatórios e de RPV.

NOTA 14 – BF – Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Recebidas	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	11,93%	77,06%
Independentes da Execução Orçamentária	3.978.926.928,78	2.663.804.488,65	49,37%	12,88%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.976.602.831,32	2.648.128.936,70	50,17%	12,87%
Demais Transferências Recebidas	1.079.722,36	720.416,16	49,87%	0,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.244.375,10	14.955.135,79	-91,68%	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	12,70%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	15.766.517.572,77	14.459.827.387,45	9,04%	51,03%
Independentes da Execução Orçamentária	2.648.509.332,64	2.080.751.763,22	27,29%	8,57%
Transferências Concedidas para Pagto de RP	2.527.613.108,81	1.890.752.804,61	33,68%	8,18%
Demais Transferências Concedidas	736.390,99	603.652,56	21,99%	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	120.159.832,84	189.395.306,05	-36,56%	0,39%
TOTAL DE INGRESSOS	30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	12,70%	100,00%

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar são, em sua maioria, relacionados às movimentações financeiras necessárias para o pagamento de Precatórios e RPVs.

No entanto, ressalta-se que o processo de pagamento de tais obrigações exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, que efetuarão os pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

NOTA 15 - BF - INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Recebimentos Extraorçamentários	4.963.829.975,91	4.268.918.405,80	16,28%	16,07%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	95.756.950,86	139.003.549,50	-31,11%	0,31%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagto	680.760,66	508.870,78	33,78%	0,00%
Restituições a Pagar	39.757,64		-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.564,94	547,99	1827,94%	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	95.025.867,62	138.381.793,33	-31,33%	0,31%
Valores para Compensação		112.337,40	-	0,00%
TOTAL DE INGRESSOS	30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	12,70%	100,00%

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2023	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	680.760,66	0,71%
Restituições a Pagar	39.757,64	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.564,94	0,01%
Arrecadação de Outra Unidade	95.025.867,62	99,24%
Valores para Compensação		-
Total	95.756.950,86	100,00%

Dentre os grupos que compõem os “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 1º trimestre de 2023 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 142.083.824,38, distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2023	%
Convênio Depósitos Judiciais	37.500.000,00	39,46%
Restit. Exercícios Anteriores	27.337.344,04	28,77%
Outras Receitas	11.804.122,92	12,42%
Emolumentos e Custas	10.046.574,29	10,57%
Ressarcimento de Custos	8.077.106,13	8,50%
Restit. Sentenças não sacadas	260.720,24	0,27%
Total	95.025.867,62	100,00%

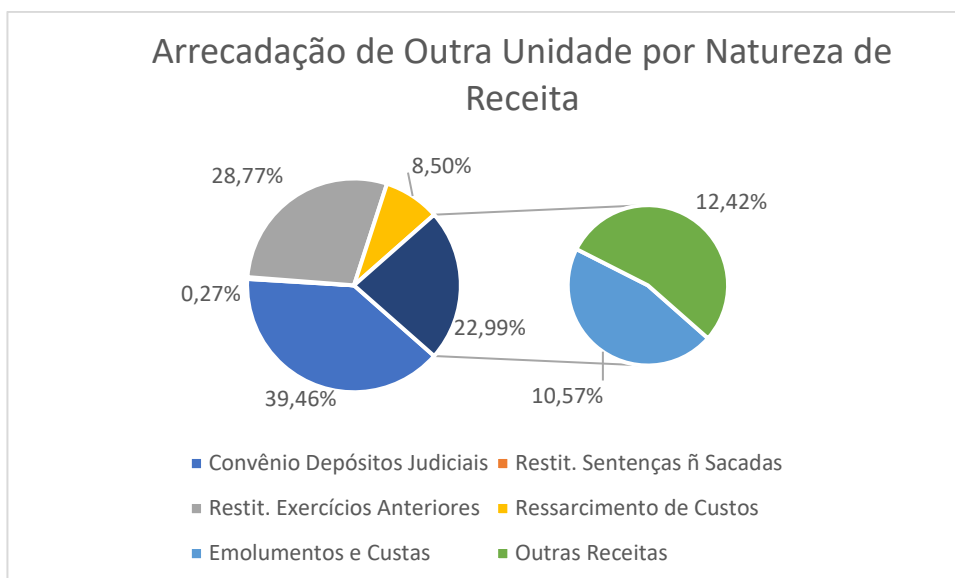


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada por nossas unidades na fonte 00 - Recursos Ordinários, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadadora” por fonte de recursos, conforme demonstrado a seguir:

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadadora por Fonte	2023	%
Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	23.442.071,71	19,77%
Recursos Livres da União	95.025.867,62	80,15%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	69.525,36	0,06%
Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	17.381,31	0,01%
Total Geral	118.554.846,00	100,00%

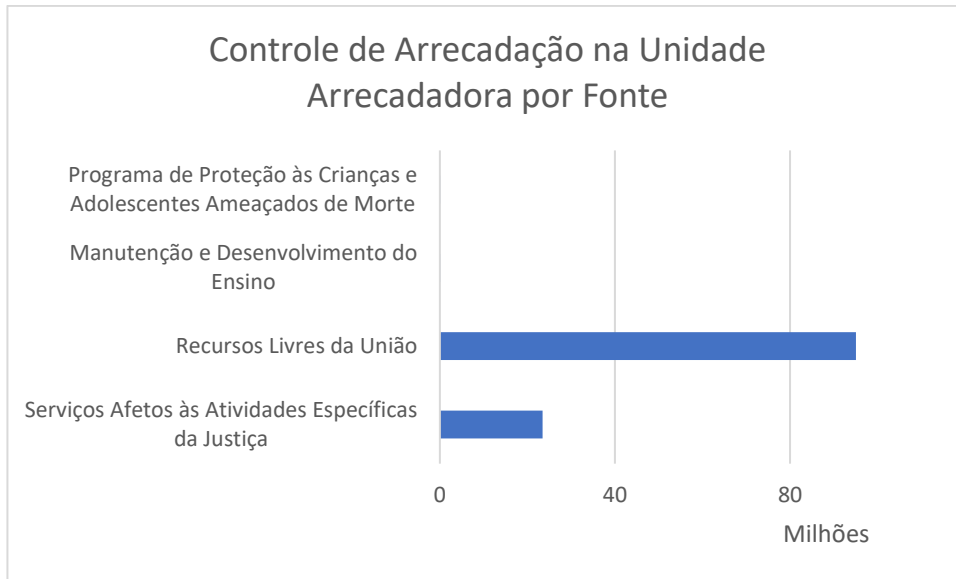


Gráfico 16

NOTA 16 - BF - DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Despesas Orçamentárias	11.054.655.291,41	9.973.983.796,58	10,83%	35,78%
Ordinárias	7.276.025.854,42	6.374.341.592,94	14,15%	23,55%
Vinculadas	3.778.629.436,99	3.599.642.203,64	4,97%	12,23%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.479.928.866,81	2.646.015.591,62	-6,28%	8,03%
Previdência Social (RPPS)	1.186.781.728,99	849.680.936,85	39,67%	3,84%
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	111.918.841,19	103.945.675,17	7,67%	0,36%

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2023	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.479.928.866,81	65,63%
Previdência Social (RPPS)	1.186.781.728,99	31,41%
Outros Rec. Vinc. a Fundos, Órgãos e Programas	111.918.841,19	2,96%
TOTAL	3.778.629.436,99	100,00%

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 1º trimestre de 2023 apresentou saldo de R\$ 3.778.629.436,99, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 001 – Recursos livres da Seguridade Social e fonte 002 – Rec. Dest. a Atividades-fim da Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2023	%
001 - Recursos Livres Da Seguridade Social	4.716.579,00	0,19%
002 - Atividades-Fins Da Seguridade Social	2.475.212.287,81	99,81%
Total Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.479.928.866,81	100,00%

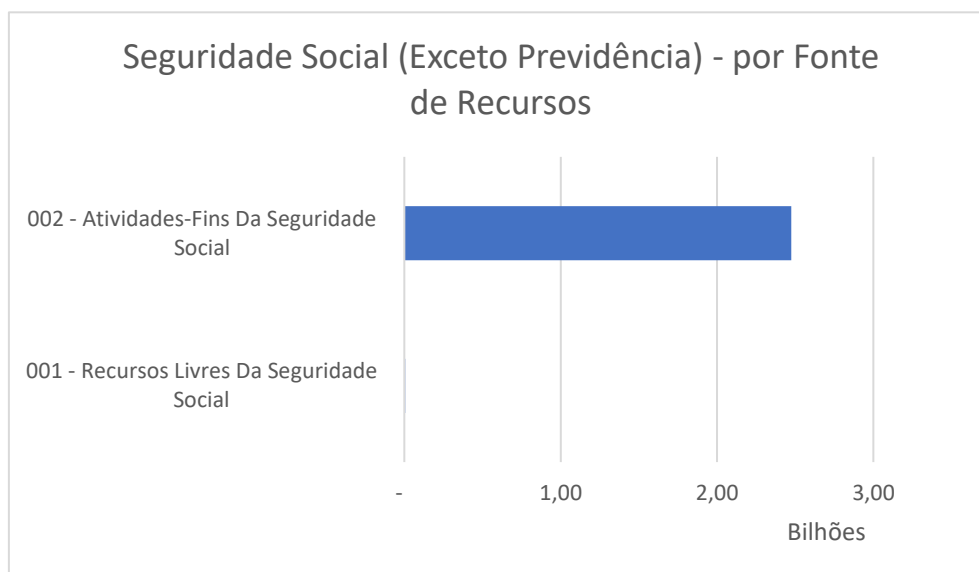


Gráfico 17

NOTA 17- BF - DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AH	AV
Transferências Financeiras Concedidas	15.766.517.572,77	14.459.827.387,45	9,04%	51,03%
Resultantes da Execução Orçamentária	13.118.008.240,13	12.379.075.624,23	5,97%	42,46%
Repasso Concedido	230.323,63	30.261,00	661,12%	0,00%
Sub-repasso Concedido	13.074.312.934,61	12.266.562.713,93	6,58%	42,32%
Cota Devolvida	29.229.667,76	112.267.336,56	-73,96%	0,09%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	215.312,74	6511,46%	0,05%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	30.897.483.408,85	27.416.166.762,76	12,70%	100,00%

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas” representaram, no 1º Trimestre de 2023, praticamente a metade dos dispêndios da Justiça Federal, correspondentes a 51,03%.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” reflete o movimento financeiro necessário ao pagamento de precatórios e RPV, sendo composto, majoritariamente pelo movimento das contas de “Sub-repasso Concedido” (99,67%).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2023	%
Repasso Concedido	230.323,63	0,00%
Sub-repasso Concedido	13.074.312.934,61	99,67%
Cota Devolvida	29.229.667,76	0,22%
Sub-repasso Devolvido	14.235.314,13	0,11%
Total	13.118.008.240,13	100,00%

NOTA 18 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa

Resultado Financeiro BF X DFC	2023	2022	AH
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.099.925.455,25	1.838.632.972,18	14,21%
Caixa e equivalente de caixa final	2.386.168.627,26	1.864.739.676,45	27,96%
Geração líquida e equivalente de caixa	286.243.172,01	26.106.704,27	996,44%

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 1º trimestre de 2023 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 286.243.172,01, apresentando um aumento de 996,44% em comparação ao mesmo período de 2022.

NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa - por Atividade

Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades	2023	2022	AH
Fluxo de caixa das atividades operacionais	333.320.882,68	49.175.808,03	577,81%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-47.077.710,67	-23.069.103,76	104,07%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
Total	286.243.172,01	26.106.704,27	996,44%

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do 1º trimestre de 2023 foi 577,81% maior que o do mesmo período do exercício de 2022. Houve um aumento de R\$ 2.231.881.553,84 nos desembolsos, mas os ingressos aumentaram em R\$ 2.516.026.628,49, resultando em um aumento do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 284.145,074,65.

O aumento dos ingressos ocorreu basicamente em função das “Transferências Financeiras Recebidas”, que responde por 99,1% do aumento total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 2.494.098.606,04, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	2023	2022	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	333.320.882,68	49.175.808,03	577,81%	
INGRESSOS	24.086.313.763,61	21.570.287.135,12	11,66%	100,00%
Receita Tributária	23.442.071,71	20.120.607,24	16,51%	0,10%
Receita de Serviços				
Outras Receitas Derivadas e Originárias	86.906,67	15.750.304,66	-99,45%	0,00%
Transferências Recebidas		5,32	-100,00%	0,00%
Intragovernamentais				
Outras Transferências Recebidas		5,32		0,00%
Outros Ingressos Operacionais	24.062.784.785,23	21.534.416.217,90	11,74%	99,90%
Ingressos Extraorçamentários	157.509.595,72	123.177.071,62	27,87%	0,65%
Restituições a Pagar	39.757,64			
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.564,94	547,99	1827,94%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	23.810.198.999,31	21.272.744.467,56	11,93%	98,85%
Arrecadação de Outra Unidade	95.025.867,62	138.381.793,33	-31,33%	0,39%
Valores para Compensação		112.337,40	-100,00%	0,00%
DESEMBOLSOS	-23.752.992.880,93	-21.521.111.327,09	10,37%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-7.315.312.475,39	-6.579.316.126,59	11,19%	30,80%
Judiciário	-2.454.724.467,83	-2.227.498.113,79	10,20%	10,33%
Essencial à Justiça	-19.219,57			0,00%
Administração	-1.482,80	-1.964,07	-24,50%	0,00%
Previdência Social	-584.852.220,29	-526.131.598,41	11,16%	2,46%
Encargos Especiais	-4.276.395.845,56	-3.826.193.321,10	11,77%	18,00%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	680.760,66	508.870,78	33,78%	0,00%
Transferências Concedidas	-388.425.611,46	-368.860.315,32	5,30%	1,64%

Intergovernamentais	-	-	-	-
Intragovernamentais	-388.425.611,46	-368.860.315,32	5,30%	1,64%
Outras Transferências Concedidas	-	-	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-16.049.254.794,08	-14.572.934.885,18	10,13%	67,57%
Dispêndios Extraorçamentários	-282.731.047,77	-113.102.866,85	149,98%	1,19%
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-3.072,58	-100,00%	0,00%
Transferências Financeiras Concedidas	-15.766.517.572,77	-14.459.827.387,45	9,04%	66,38%
Valores Compensados	-2.548,45	-	-	0,00%
Demais Pagamentos	-3.625,09	-1.558,30	132,63%	0,00%

Especificação	2023	2022	AH	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 47.077.710,67	- 23.069.103,76	104,07%	
DESEMBOLSOS	- 47.077.710,67	- 23.069.103,76	104,07%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 35.986.606,97	- 18.004.959,64	99,87%	76,44%
Outros Desembolsos de Investimentos	- 11.091.103,70	- 5.064.144,12	119,01%	23,56%

Dos ingressos, o maior valor corresponde ao item “Transferências Financeiras Recebidas”, com R\$ 23,8 bilhões, representando 99,85% do total:

Especificação	2023	AV
INGRESSOS	24.086.313.763,61	100,00%
Receita Tributária	23.442.071,71	0,10%
Receita de Serviços	0,00	0,00%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	86.906,67	0,00%
Transferências Recebidas	0,00	0,00%
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	0,00%
Outros Ingressos Operacionais	24.062.784.785,23	99,90%
Ingressos Extraorçamentários	157.509.595,72	0,65%
Restituições a Pagar	39.757,64	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.564,94	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	23.810.198.999,31	98,85%
Arrecadação de Outra Unidade	95.025.867,62	0,39%
Valores para Compensação	0,00	0,00%

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Economia.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 7,3 bilhões (30,80%) se referem à “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 388 milhões (1,64%) à “Transferências Concedidas; e, R\$ 16 bilhões (67,57%) se referem à “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 1º trimestre de 2023 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 2,454 bilhões, correspondendo a 10,33% do total de desembolso. O maior item de

desembolso com “Pessoal”, entretanto, refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 18%, correspondendo a R\$ 4,276 bilhões.

Especificação	2023	AV
DESEMBOLSOS	-23.752.992.880,93	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-7.315.312.475,39	30,80%
Judiciário	-2.454.724.467,83	10,33%
Essencial à Justiça	-19.219,57	0,00%
Administração	-1.482,80	0,00%
Previdência Social	-584.852.220,29	2,46%
Encargos Especiais	-4.276.395.845,56	18,00%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão Pagto	680.760,66	0,00%
Transferências Concedidas	-388.425.611,46	1,64%
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-388.425.611,46	1,64%
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-16.049.254.794,08	67,57%
Dispêndios Extraorçamentários	-282.731.047,77	1,19%
Pagto de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-15.766.517.572,77	66,38%
Valores Compensados	-2.548,45	0,00%
Demais Pagamentos	-3.625,09	0,00%

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 66,38% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas”, necessárias ao pagamento de precatórios e RPV (R\$ 15,766 bilhões).

Especificação	2023	AV
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 47.077.710,67	
DESEMBOLSOS	- 47.077.710,67	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 35.986.606,97	76,44%
Outros Desembolsos de Investimentos	- 11.091.103,70	23,56%

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (76,44%) e outros desembolsos de investimento (23,56%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos aproximadamente R\$ 47 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

Referências

Legislação:

Lei 4.320/1964:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Lei nº 13.463/2017:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm

Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_da_Justi%C3%A7a_Federal

<https://www.youtube.com/watch?v=IblpAwmbV5c>

<https://www.youtube.com/watch?v=RFk53gUv1zA>

<https://www.youtube.com/watch?v=k0kZzA0svOM>

<https://www.youtube.com/watch?v=ts19iucCfkA>